



INJUSTIÇA EPISTÊMICA E VIOLÊNCIA SEXUAL: UMA VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS DAS MENINAS E MULHERES

*Epistemic injustice and sexual violence: a violation of girls' and women's
human rights*

Adriana Ramos de Mello* 

Caetano E. da Fonseca Costa** 

Resumo: O artigo discorre sobre como o sistema patriarcal, ao se infiltrar na prática judicial, reforça injustiças epistêmicas. Esse tipo de injustiça ocorre quando preconceitos identitários, sejam conscientes ou implícitos, levam o ouvinte a atribuir menor credibilidade ao depoimento de uma pessoa. Diante disso, perpetua a violência simbólica e impacta negativamente a credibilidade das mulheres, impedindo o seu acesso pleno à justiça.

A permanência de rótulos como “mulher decente”, “mulher honesta”, “mãe de família”, a represália à liberdade sexual exercida em outro momento ou a rotulação como “mulher promíscua” e a facilidade em desacreditar a vítima e seu testemunho, além de imporem rótulos e julgamentos morais que descaracterizam a violência sexual e a proteção jurídica, ainda estão muito presentes no julgamento de crimes sexuais, o que demonstra a urgente necessidade de se transformar o sistema de justiça e de se rever a “neutralidade” do Direito. Medidas legais existem, como a Lei Maria da Penha, a Lei do Feminicídio e a Lei Mariana Ferrer, além de decisões das cortes superiores, a exemplo da ADPF 1.107, mas sua eficácia termina comprometida pela persistência de padrões culturais e jurídicos que desconsideram as experiências das vítimas. Nesse contexto, a implementação de um sistema de justiça mais inclusivo e sensível às especificidades de gênero, raça e classe é imperativa para a efetivação dos direitos humanos. Conclui-se que o reconhecimento da injustiça epistêmica deve ser acompanhado de ações concretas que visem a dismantelar estruturas discriminatórias, assegurando que as vozes das meninas e mulheres sejam ouvidas e respeitadas.

Palavras-chave: violência sexual; violência de gênero contra a mulher; injustiça epistêmica; estereótipos; Poder Judiciário.

Abstract: This paper discusses how the patriarchal system, by penetrating judicial practice, reinforces epistemic injustices. This type of injustice occurs when prejudices lead the listener to ascribe less credibility to a person's testimony due to identity-based prejudices, whether conscious or implicit. As a result, it perpetuates symbolic violence and negatively impacts women's credibility, preventing their full access to justice. It is often seen as persistent labels such as "decent woman," "honest woman," "family mother," and the retaliation against sexual freedom exercised at some other

* Desembargadora do TJRJ. Doutora em Direito Público e Filosofia Jurídico-Política pela Universidade Autônoma de Barcelona. Presidente do Fórum Permanente de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero. Professora da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) e do Mestrado Profissional em Direito e Poder Judiciário da ENFAM. E-mail: mello.adriana25@gmail.com.

** Desembargador do TJRJ. Mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá. Mestre em Direitos Humanos pela Universidade de Barcelona. Diretor-geral da EMERJ biênio 2015/2016. Presidente do Fórum Permanente de Direitos Humanos da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). E-mail: cae.tanocosta@yahoo.com.br.

Submissão em: 24/07/2025 | Aprovação em: 03/08/2025 e 05/09/2025

Editora: Cristina Tereza Gaulia 



times. Furthermore, the labeling as "promiscuous woman," the ease in discrediting the victim and her testimony, besides imposing labels and moral judgments that mischaracterize sexual violence and legal protection, are still very prevalent at the trial of sexual crimes. This demonstrates the urgent need to transform the justice system and review the "neutrality" of the Law. Legal measures exist, such as the *Maria da Penha Law*, the *Feminicide Law*, and the *Mariana Ferrer Law*, in addition to decisions from higher courts, such as ADPF 1,107 (*Allegation of Non-compliance with a Fundamental Precept*). However, their effectiveness ends up being compromised by the persistence of cultural and legal patterns that disregard victims' experiences. As a result, the implementation of a more inclusive justice system that is sensitive to gender, race, and class specificities is imperative for the realization of human rights. It can be concluded that the recognition of epistemic injustice must be followed by concrete actions aimed at dismantling discriminatory structures, ensuring that the voices of girls and women are heard and respected.

Keywords: sexual violence; gender violence against women; epistemic injustice; gender stereotypes; judiciary.

INTRODUÇÃO

A violência sexual contra meninas e mulheres reflete profundas desigualdades de poder entre homens e mulheres na sociedade. Essas desigualdades se manifestam de várias formas, como feminicídios, estupros, assédio sexual, violência obstétrica e divisão sexual do trabalho. No sistema judicial, essas desigualdades são evidentes, especialmente nos julgamentos de crimes contra as mulheres, em que estereótipos de gênero e preconceitos implícitos podem influenciar a credibilidade dos testemunhos femininos e o julgamento dos casos.

As principais pesquisas sobre violência no Brasil apontam que as principais vítimas de violência sexual no país são meninas. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2025, foram 83.988 vítimas de estupro e de estupro de vulnerável no ano de 2023. As vítimas são, basicamente, meninas (88,2%), negras (52,2%), de até 13 anos (61,6%), violentadas por familiares ou conhecidos (84,7%). Os estupros de vulneráveis representam a maioria das ocorrências, com 76% dos casos. A cada hora, o Brasil registra 7 estupros de crianças e adolescentes (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025, p. 218). Já o Atlas da Violência de 2025 (Cerqueira; Bueno; 2025, p. 65-69). aponta que, em 2023, mais de 177 mil mulheres foram vítimas de algum tipo de violência doméstica. Entre meninas de 0 a 9 anos, a forma mais frequente de violência são os casos de negligência (49,5%); entre meninas de 10 a 14 anos, se destaca a violência sexual (45,7%); e entre os 15 e 19 anos, a violência mais comum é a física (39,3%), apesar de múltiplas formas de violência também serem observadas (29,8%).

As meninas e mulheres enfrentam barreiras no seu direito de acesso à justiça, principalmente negras e indígenas, tendo em vista os estereótipos de gênero e raça existentes no sistema de justiça. Juízes e juízas, não raras vezes, exigem rígidos padrões de comportamento para as mulheres em

relação aos homens, e de acordo com a Recomendação nº 33 do Comitê CEDAW, os estereótipos de gênero “impedem o acesso das mulheres à justiça em todas as áreas do direito, e podem ter um impacto particularmente negativo sobre as mulheres vítimas e sobreviventes da violência. Os estereótipos distorcem percepções e resultam em decisões baseadas em crenças e mitos preconcebidos em vez de fatos relevantes” (CEDAW, 2015, item 26).

De acordo com o IPEA, apenas 8,5% das vítimas de estupro procuram a polícia para denunciar, e apenas 4,2% dos casos são relatados pelos órgãos de saúde, demonstrando o alto índice de subnotificação dos crimes de violência sexual praticados no Brasil (IPEA, 2023, *online*). Fatores como racismo e sexismo fazem com que meninas e mulheres desistam de procurar os órgãos oficiais para realizar o registro de ocorrência. O medo de represálias e a falta de confiança no sistema de justiça também fazem com que esse tipo de crime seja subnotificado. Pesquisas ainda apontam que grande parte da violência sexual praticada contra crianças e adolescentes é efetivada por familiares ou pessoas próximas da própria vítima, o que dificulta a denúncia e a apuração do crime (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024, p. 161, *online*).

O sistema patriarcal, ao se infiltrar na prática judicial, reforça injustiças epistêmicas, fenômeno identificado por Miranda Fricker (2023, p. 17). Esse tipo de injustiça ocorre quando o ouvinte atribui menor credibilidade ao depoimento de uma pessoa devido a preconceitos identitários, sejam conscientes ou implícitos. Essa prática perpetua a violência simbólica, impactando negativamente a credibilidade das mulheres, impedindo o acesso pleno à justiça e prejudicando especialmente vítimas e sobreviventes de violência.

Em outros termos, estereótipos de gênero frequentemente influenciam decisões judiciais, prejudicando a imparcialidade e integridade do sistema de justiça e resultando em decisões baseadas em crenças preconcebidas, ditadas pelo patriarcado.

1 DAS FORMAS DE INJUSTIÇA EPISTÊMICA DE ACORDO COM MIRANDA FRICKER

Miranda Fricker define a injustiça epistêmica em duas formas: testemunhal e hermenêutica. A injustiça testemunhal ocorre quando a credibilidade dada ao depoimento de uma pessoa é reduzida devido a preconceitos. A injustiça hermenêutica, por outro lado, acontece quando há uma lacuna nos recursos de interpretação coletiva, que prejudica a compreensão das experiências sociais de um indivíduo. Ambas impactam as relações jurídicas e excluem populações vulneráveis da participação nas estruturas de poder. A importância de se reconhecer a injustiça epistêmica no âmbito da violência sexual é a de se nomear e identificar formas diversificadas de violências, processo que visibiliza violações de direitos e ajuda a reivindicar a respectiva proteção, como ocorreu na construção do termo

“assédio sexual” por movimentos de mulheres e autoras feministas para conceituar avanços sexuais indesejados.

No entanto, mesmo com a identificação dessas formas de prejuízo de tratamento às vítimas e com mudanças legislativas, é frequente que doutrina e jurisprudência mantenham valores patriarcais em suas decisões, atuando o Direito como elemento integrador e legitimador das desigualdades de gênero, contribuindo para a sua (re)produção.

Fricker argumenta que a injustiça epistêmica é uma questão essencial a ser abordada, pois limita não apenas o acesso à justiça, mas também o reconhecimento e a valorização das experiências vividas por indivíduos de grupos vulneráveis. Para combater essa injustiça, é necessário criar um ambiente que favoreça a escuta ativa e a interpretação justa das experiências dessas pessoas, promovendo assim uma maior inclusão no campo do conhecimento e da justiça social.

A violência sexual contra meninas e mulheres é um exemplo de como a injustiça epistêmica se manifesta, com estereótipos de gênero resultando na descredibilização e culpabilização das vítimas, julgamentos morais sobre sua vida, descaracterização da violência sexual e desconsideração da ausência de consentimento. Esse padrão leva a uma análise limitada dos crimes sexuais, focando apenas na presença de violência física ou grave ameaça, ignorando contextos mais amplos e elementos como o histórico do agressor.

Como elucida Mardegan (2023, p. 83), “em casos de estupro, é possível perceber um padrão de julgamento em que as vítimas apenas têm seus depoimentos valorizados se correspondem à figura da vítima idealizada pela sociedade e pelo Judiciário brasileiro”.

Mesmo com o prestígio constitucional e infraconstitucional orientados à igualdade de gênero, ainda há muita dificuldade de efetivação dessa igualdade na realidade fática e de efetivo acesso das mulheres ao poder social, definido por Fricker (2023) como uma capacidade prática socialmente situada para controlar ações dos outros, onde essa capacidade pode ser exercida (ativa ou passivamente) por agentes sociais particulares ou, alternativamente, pode-se operar puramente de forma estrutural.

Um exemplo é a decisão de esterilização compulsória de Janaína Aparecida Aquino, em Mococa (SP), evidenciando preconceito de identidade contra mulheres em situação de vulnerabilidade. Ela foi intimada a fazer a cirurgia de ligamento de trompas, por já ter oito filhos, mesmo sem consentimento prévio de sua parte. Por esse motivo, o juiz Djalma Moreira Gomes Júnior determinou a condução coercitiva de Janaína, sem direito a defesa, que foi levada à cirurgia de laqueadura mesmo contra sua vontade.

De acordo com a nota do Conselho Nacional de Saúde sobre o caso, “a decisão é uma afronta aos direitos humanos e à liberdade individual sobre o próprio corpo de Janaína. O fato, ainda que proibido, aflige diversas mulheres em vulnerabilidade, que muitas vezes são tratadas como animais a

serem castrados, ferindo a integridade e a dignidade dessas pessoas. Por meio da liminar que obrigava a prefeitura de Mococa (SP) a realizar o ato, o juiz feriu a Lei n. 9.263/1996, que só permite a esterilização quando voluntária e veda qualquer tipo de indução ao ato por parte do poder público”.

A permanência da presença de rótulos como “mulher decente”, “mulher honesta” e “mãe de família”, a represália à liberdade sexual exercida em outro momento ou a rotulação como “mulher promíscua” e a facilidade em desacreditar a vítima e seu testemunho, bem como impor a ela rótulos e julgamentos morais que levam à descaracterização da violência sexual e da proteção jurídica, estão muito presentes no julgamento de crimes sexuais e demonstram a necessidade de transformação do sistema de justiça e revisão da “neutralidade” do Direito.

Casos como o julgamento de Mariana Ferrer mostram a revitimização evidente e a necessidade de uma legislação que proteja a dignidade da vítima. O caso ocorreu em 2018, em Florianópolis (SC), com a acusação de estupro de vulnerável, que teve como vítima a jovem Mariana Ferrer. Imagens da audiência de instrução de 2020 foram divulgadas, nas quais o advogado do acusado exibiu fotos da influenciadora e disse que “jamais teria uma filha do nível” dela. O Conselho Nacional de Justiça penalizou o juiz do caso com uma advertência por causa de sua conduta omissa. A repercussão do caso gerou a Lei nº 14.245/2021: alterou o CPP para coibir a prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas.

Nesse sentido, ao analisar casos de discriminação de gênero e de injustiça epistêmica, é preciso adotar uma perspectiva interseccional, que desvela como diferentes marcadores sociais da diferença, como raça/etnia, classe, idade etc., condicionam formas diversas de injustiça epistêmica.

2 DO CONCEITO DE INJUSTIÇA EPISTÊMICA À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DAS CORTES SUPERIORES

As cortes superiores desempenham um papel fundamental na validação ou invalidação das experiências de algumas pessoas pertencentes a grupos marginalizados, principalmente ao lidar com questões de raça, gênero, sexualidade e direitos humanos. Quando as experiências dessas pessoas não são consideradas nas decisões judiciais, a injustiça epistêmica é perpetuada.

Na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, destacamos o Recurso Especial nº 2037491 – SP, de relatoria do Ministro Rogerio Schietti Cruz. Em seu voto, é abordada a presunção de inocência e o direito constitucional ao silêncio diante do déficit de credibilidade do acusado dada a recusa em colaborar com a persecução penal. O ministro identifica o preconceito racial implícito e o excesso de credibilidade conferido ao testemunho dos policiais, que levou à ausência de respaldo probatório do processo, algo recorrente no caso de reconhecimento de pessoas.

Já a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 1.107, de relatoria da Ministra Cármen Lúcia, definiu que é inconstitucional a prática de desqualificar a mulher vítima de violência durante a instrução e o julgamento de crimes contra a dignidade sexual e de demais crimes de violência contra a mulher, englobando também casos de violência doméstica e política. Fica vedada, então, eventual menção, inquirição ou fundamentação sobre a vida sexual pregressa ou ao modo de vida da vítima em audiências e decisões judiciais.

Para visibilizar e enfrentar a injustiça epistêmica, importante medida é a utilização de perspectivas de gênero, raça, classe, idade e outros marcadores sociais da diferença para julgar. A efetivação da igualdade e da não discriminação em relação às partes e aos envolvidos e envolvidas no processo depende da possibilidade de identificar se há situações de poder de gênero que produzam um desequilíbrio entre as partes na disputa. O Brasil, assim como vários países, já adota protocolos de julgamento com perspectiva de gênero.

A presença de estereótipos no sistema judicial distorce percepções, comprometendo a justiça e resultando em decisões parciais. Para combater essas injustiças, é necessário que julgamentos incorporem perspectivas de gênero, raça e classe, reconhecendo desequilíbrios de poder que afetam as partes no processo. Juízes devem assumir uma postura ativa para combater a injustiça epistêmica, garantindo a igualdade e a não discriminação.

3 O RISCO DA REPRODUÇÃO INCONSCIENTE DA ESTRUTURA DO PATRIARCADO NA JURISDIÇÃO

A magistratura brasileira termina por reproduzir em suas decisões majoritariamente a representação do homem branco, hétero, religioso e de elevada condição tanto financeira como social.

Em outras palavras, os efeitos da colonização do Brasil ainda se dão a favor dos que estiveram sempre no poder, incluso o patriarcado, que, inconscientemente ou não, se introduz na formação daquele juiz, que no seu inventário de vida vai tecendo e construindo os valores morais que lhe são transmitidos, quer seja pela educação, quer seja pela cultura, hábitos ou religião.

Reproduz esses valores muitas vezes de forma inconsciente, sem ter a noção do seu próprio pertencimento à sua especial condição social, cultural e econômica, enfim ao lugar que ocupa.

Nessas condições, a passagem pelo *iter* da alteridade fica-lhe prejudicada, quando não identifica e respeita a diversidade de conceitos que lhe são oferecidos à interpretação no seu regular exercício da jurisdição.

Assim acontece com o patriarcado, diante da dificuldade do juiz de absorver e contemplar a diversidade que brota da igualdade material conforme contemplada pela Constituição Federal.

Não tem consciência esse(a) juiz(a) da injustiça que reproduz e do seu elemento estrutural (e estruturante), no momento em que reforça por suas decisões as relações do poder (do homem branco, hétero, rico e religioso), em prejuízo manifesto dos que não têm igual acesso ao sistema de justiça. Miranda Fricker (2023, p. 195), ao citar Nancy Hartsock, assinala: “Os dominados vivem em um mundo estruturado por outros para seus propósitos – propósitos que, no mínimo, não são nossos e que, em vários graus são hostis ao nosso desenvolvimento e até à nossa existência”.

O comprometimento, pois, repetitivo desse inconsciente, desvinculado da ideia de efetivação de um compromisso real com os paradigmas de igualdade (material), permeia a jurisdição no Brasil.

A consciência, portanto, desse preconceito estrutural é cláusula essencial para o equilíbrio material hermenêutico do juiz, como assinala Fricker (2023, p. 202):

A desigualdade hermenêutica é inevitavelmente difícil de detectar. Nossos esforços interpretativos são naturalmente voltados para interesses, à medida que nos esforçamos ao máximo para entender as coisas que eles nos ajudam a entender. Como consequência, a participação hermenêutica desigual de um grupo tenderá a aparecer de maneira localizada em pontos hermenêuticos críticos – locais da vida social em que os poderosos não tem interesse em obter uma interpretação adequada, talvez até onde tenham um interesse positivo em sustentar a má interpretação existente (tais como que proposições sexuais repetidas no local de trabalho nunca são nada mais que forma de “flerte”, e sua desconfortável rejeição pela destinatária é apenas uma questão de ela “não ter senso de humor).

O juiz, dessa forma, reproduz os valores, conscientemente ou não, que lhe foram ensinados dentro de uma governança ditada pelo colonizador-homem branco, religioso e de elevada condição econômica e social.

Em linhas gerais, assim exerce o juiz a regulação, em prol dos que governam e detêm o poder, negando a seu jurisdicionado uma equidade interpretativa que só a emancipação está a permitir, em que necessariamente há de existir a consciência prévia dos privilégios recebidos pelo homem ao longo da formação da elite política, econômica e social brasileira.

O patriarcado, já se disse, se reforça então nessa jurisdição, se repete e se “legitima” através da reprodução pelo juiz de valores que terminaram sendo oferecidos e introduzidos na sua cultura pelo homem branco empoderado.

A expressiva maioria dos juízes atualmente ainda foi educada e criada pelos paradigmas e pelos valores (em regra) da família construída pelo patriarcado, onde o homem hétero ocupa o ponto central e principal do poder.

Reproduz, em outras palavras, no seu atuar institucional, com superficial naturalidade, os conceitos que têm como adequados e corretos para o *status* financeiro e social que ocupa, sem questionar ou ao menos enxergar a diversidade que brota daquele jurisdicionado que lhe é diferente.

A jurisdição, nesse sentido, da reprodução inconsciente de paradigmas eventualmente preconceituosos e previamente modelados, representa como consequência o espelho da regulação, porque reforça com toda certeza o poder de quem já o detém, se considerada principalmente a versão política, social, econômica e – também é correto dizer – de gênero (masculino).

Pela doutrina de Bourdieu, consolida-se o *habitus* pela repetição de um modelo por determinado grupo, e essa condição se insere, se repete e se reforça (estrutural e estruturante) através dos paradigmas sociais, culturais, econômicos e simbólicos. O conceito vem delineado pelo mesmo autor na obra *Poder, Derecho Y Clases Sociales*, que assim o define:

Las estructuras que son constitutivas de un tipo particular de entorno (v.g. las condiciones materiales de existencia de un tipo particular de condición de clase) y que pueden ser asidas empíricamente bajo la forma de regularidades asociadas a un entorno socialmente estructurado, producen *habitus*, sistemas de disposiciones duraderas, estructuras estructuradas predispuestas a funcionar como estructuras estructurantes, es decir, en tanto que principio de generación y de estructuración de prácticas y representaciones que pueden ser objetivamente “reguladas” y “regulares” sin ser en nada el producto de obediencia e reglas, objetivamente adaptadas a su finalidad sin suponer la mirada expresa de las operaciones necesarias para alcanzarlas y, siendo todo eso, colectivamente orquestadas sin ser el producto de la acción organizadora de un jefe de orquesta (Bourdieu, 2001, p. 25).

Esse o campo de atuação da magistratura, porque o juiz se insere em grupo, com particulares características e *habitus* financeiro, cultural e social bem definidos.

O capital simbólico age, por sua vez, pelo sentido e significado que se atribui à jurisdição, enquanto elemento essencial e catalisador do convívio em sociedade.

Nisso o elemento simbólico de Bourdieu termina se “justificando”, oficializando-se o conceito na sociedade, ainda que não reproduzido fielmente por uma igualdade efetiva e material que haveria de se esperar da magistratura.

CONCLUSÃO

A análise da violência sexual contra meninas e mulheres revela um grave dilema social e judicial, profundamente enraizado nas desigualdades de poder, estereótipos de gênero e preconceitos raciais. Esse fenômeno não apenas deslegitima as vozes das vítimas, mas também perpetua injustiças epistêmicas que dificultam seu acesso à justiça e à reparação. Os dados apresentados demonstram a magnitude dessa violência, especialmente contra as populações mais vulneráveis, como meninas e mulheres negras, frequentemente descreditadas em função de um sistema patriarcal.

Medidas legais existem, como a Lei Maria da Penha, Lei do Feminicídio e a Lei Mariana Ferrer, além de importantes decisões das cortes superiores, como a proferida nos autos da ADPF 1.107, mas sua eficácia termina comprometida pela persistência de padrões culturais e jurídicos que

desconsideram as experiências das vítimas. A necessidade de um sistema de justiça mais inclusivo e sensível às especificidades de gênero, raça e classe se revela imperativa para a efetivação dos direitos humanos.

O reconhecimento da injustiça epistêmica deve ser acompanhado de ações concretas que visem dismantlar estruturas discriminatórias, assegurando que as vozes das meninas e mulheres sejam ouvidas e respeitadas. Portanto, a transformação do sistema judicial é não apenas desejável, mas essencial para garantir a dignidade, a integridade e os direitos fundamentais de todas as vítimas de violência sexual.

Políticas públicas para a prevenção a esses crimes e capacitações específicas sobre questões de gênero e direitos humanos para todas as pessoas que atuam no sistema de justiça, com ênfase na magistratura e servidores do Poder Judiciário, são essenciais para a mudança de mentalidade no sistema de justiça, levando em conta o contexto social e as desigualdades sociais e de gênero existentes na sociedade brasileira, pois só assim poderemos ter uma justiça mais igualitária e respeitosa em relação aos direitos humanos das meninas e mulheres.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Poder, Derecho Y Clases Sociales**. 2. ed. Bilbao: Desclée de Brouwer, 2001.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 2037491 – SP**. Recurso especial. Tráfico de drogas. Silêncio do acusado na etapa investigativa seguido de negativa de comissão do delito em juízo. Violação direta do art. 186 do CPP. Raciocínio probatório enviesado. Equivocada facilitação probatória para a acusação a partir de injustificada sobrevalorização do testemunho dos policiais [...]. Relator: Ministro Rogerio Schietti Cruz, julgado em 06 jun. 2023. Brasília, DF: STJ, 2023. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?b=ACOR&livre=%28RESP.clas.+e+%40num%3D%222037491%22%29+ou+%28RESP+adj+%222037491%22%29.suce.&O=JT>. Acesso em: 1 jul. 2024.

CEDAW. **Recomendação Geral nº 33 sobre o acesso das mulheres à justiça**. [S.l.]: Nações Unidas; CEDAW, 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 19 mar. 2024.

DINIZ, Debora. Estereótipos de gênero nas cortes internacionais – um desafio à igualdade: entrevista com Rebecca Cook. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 19, n. 2, p. 451, 2011. DOI: 10.1590/S0104-026X2011000200008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000200008>. Acesso em: 5 set. 2025.

ENTENDA: STF julga se histórico da vida sexual ou estilo de vida podem ser considerados ao julgar crimes contra mulheres. PGR alega que questionamentos em casos de crimes sexuais violam a Constituição e representam violência psicológica às vítimas. **Portal STF**, Brasília, DF, 22 maio 2010. Disponível:

<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=539297&ori=1>. Acesso em 01 jul. 2024.

ESCOLA DE MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Relatórios de Pesquisa NUPEGRE**: mulheres, pandemia e violência: o impacto da pandemia de sars-cov-2 no acesso à justiça e na política judiciária de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher. Rio de Janeiro: EMERJ, 2018a. Disponível em: <https://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/nucleos-de-pesquisa/NUPEGRE/4/>. Acesso em: 26 jun. 2024.

ESCOLA DE MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Relatórios de Pesquisa NUPEGRE**: a semântica do estupro coletivo nas ciências sociais, no Poder Legislativo e no discurso do Poder Judiciário. Rio de Janeiro: EMERJ, 2018b. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/publicacoes/relatorios_de_pesquisa_nupegre/edicoes/n1/relatorios-de-pesquisa-nupegre_n1.html. Acesso em 26 jun. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>. Acesso em: 5 set. 2025.

FRICKER, Miranda. **Injustiça epistêmica**: o poder e a ética do conhecimento. São Paulo: EdUSP, 2023.

FUHRMANN, Leonardo. Quatro em cada dez vítimas de estupro são crianças e adolescentes negras. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1 julho 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/07/quatro-em-cada-dez-vitimas-de-estupro-sao-criancas-e-adolescentes-negras.shtml>. Acesso em: 5 set. 2025.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Elucidando a prevalência de estupro no Brasil a partir de diferentes bases de dados**. Brasília, DF: IPEA, 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11814/5/TD_2880_sumex.pdf.

MARDEGAN, Alexssandra M. Injustiça epistêmica: a prova testemunhal e o preconceito identitário no julgamento de crimes contra a mulher. **Revista Brasileira de Direito Processual Penal**, [s.l.], v. 9, n. 1, p. 65-100, jan./abr. 2023. DOI: <https://doi.org/10.22197/rbdpp.v9i1.788>.

MATIDA, Janaina; HERDY, Rachel; NARDELLY, Marcella Mascarenhas. Limite penal: a injustiça epistêmica está oficialmente em pauta. **Consultor Jurídico**, São Paulo, 4 mar. 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-mar-04/limite-penal-injustica-epistemica-oficialmente-pauta/>. Acesso em: 26 jun. 2024.

MATIDA, Janaina. Limite penal: é preciso superar as injustiças epistêmicas na prova testemunhal. **Consultor Jurídico**, São Paulo, 22 maio de 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-mai-22/limite-penal-preciso-superar-injusticas-epistemicas-prova-testemunhal/>. Acesso em: 26 jun. 2024.

MATTOS, Cristiane Araújo de. 'Patriarcado público': estereótipos de gênero e acesso à justiça no Brasil. **Revista Ágora**, Vitória/ES, n. 22, p. 158-169, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/13614>. Acesso em: 3 jul. 2024.

PÁEZ, Andrés; MATIDA, Janaina. La Injusticia Epistémica en el Proceso Penal. **Milan Law Review**, [s.l.], v. 4, n. 2, p. 114-136, 17 jan. 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.54103/milanlawreview/22188>.

SABADELL, Ana Lucia. **Manual de Sociologia Jurídica**. 6. ed. São Paulo: RT, 2014.

SABADELL, Ana Lucia; PAIVA, Lívia de Meira Lima; VIEIRA, Thamires Maciel. Violência sexual de gênero e patriarcalismo jurídico: a falta de credibilidade da vítima em processos judiciais. **Revista Direito e Práxis**, [s.l.], v. 15, n. 1, p. 1-19, 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2179-8966/2024/81222>.